



DIA A DIA

www.bancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

facebook.com/bancariospetropolis

Ano XIV nº 4290 – 13 de fevereiro de 2012

Retomada as negociações com Itaú Unibanco

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram na sexta-feira, dia 10/02, o processo de negociação com o Itaú Unibanco, em São Paulo. As entidades entregaram ao banco a minuta específica de reivindicações dos funcionários que possui nove itens: emprego, remuneração, metas abusivas, saúde e condições de trabalho, segurança bancária, liberdade sindical, previdência complementar, plano de saúde e igualdade de oportunidades.

O banco concordou com a reivindicação para que a negociação da minuta seja feita por meio de blocos temáticos ao longo do primeiro semestre, de forma a discutir as demandas apresentadas. A primeira reunião está prevista para o final de fevereiro e as demais devem acontecer quinzenalmente. Os temas serão escolhidos previamente. O tema da primeira rodada será o Plano de Saúde, além de dois itens do bloco de remuneração: PCR (Participação Complementar nos Resultados) e auxílio educação.

Durante a reunião foi entregue uma carta endereçada ao presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setúbal, na qual foi cobrada a proteção da vida dos trabalhadores, clientes e usuários do banco, em relação à retirada das portas giratórias com detectores de metais nas agências e postos de atendimento.

Emprego - Apesar de fazer parte dos temas que serão debatidos com o banco ao longo do semestre, durante a reunião foi cobrado do Itaú Unibanco o fim das demissões. No balanço de 2011, 4.058 empregos foram eliminados.

PLR - Enquanto o Bradesco já creditou a PLR para seus funcionários na sexta-feira, dia 10/02 e o Santander anunciou o pagamento no próximo dia 17/02, o Itaú Unibanco não informou a data de crédito para seus trabalhadores e continua mantendo uma política que não valoriza seus funcionários.

Esteve participando da reunião da COE, o diretor do Sindicato, Geraldo Luiz de Oliveira.

Pressão por solução da Ret/PV na Caixa

Os empregados da Caixa pressionam a direção da instituição financeira para que sejam resolvidos imediatamente os problemas gerados pelas Ret/PVs – retaguarda das unidades.



A intenção é acabar com a sobrecarga de trabalho, gerada pelo baixo quadro de funcionários.

A direção da Caixa reconheceu o problema e informou que as agências vão passar por dimensionamento. A garantia foi dada na primeira negociação permanente, realizada na sexta-feira (10/02). Recentemente, a instituição financeira anunciou a ampliação do quadro de pessoal ainda para este ano.

A Caixa tem de valorizar a carreira dos empregados atingidos pelo modelo de Ret/PV e assegurar todos os direitos dos trabalhadores, a exemplo do horário de almoço, do cumprimento da jornada de trabalho, entre outros.

A insegurança nas agências e o PCS (Plano de Cargo e Salários) também foram tratados na reunião. Com relação ao PCS, a empresa prometeu revisar o modelo em vigor, com a apresentação de uma proposta já nos dias 6 e 7 de março.

Senado aprova proposta que isenta idoso com mais de 65 anos do IR

O Projeto de lei que isenta contribuintes com mais de 65 anos do pagamento do imposto de renda foi aprovado na quarta-feira, dia 08/02 pela Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), isentará pagamentos tributáveis de qualquer espécie até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, atualmente fixado em R\$ 3.916,20.

O autor da proposta quer estender a isenção a todos os brasileiros que completarem 65 anos, sejam eles aposentados ou não. Para o autor, a lei deve ser modificada para fazer justiça àqueles que fizeram poupança individual como uma forma de previdência, mas, foi preciso modificar o projeto para deixar claro que o benefício proposto não é cumulativo. Dessa forma, se o contribuinte já conta com isenção prevista na tabela do Imposto de Renda, a nova isenção deverá incidir apenas sobre a diferença entre a parcela já isenta e o teto de benefício do Regime Geral de Previdência. O relator ainda ressaltou que a matéria deverá ser amplamente discutida na Comissão de Assuntos Econômicos, para onde segue agora, para ser adaptada às previsões e estimativas de recursos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e às respectivas dotações de recursos da LOA (Lei Orçamentária Anual), conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) para proposições que resultem em renúncia de receita.